

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

QUESTÃO DE ORDEM 01/2012

AUTOR: DEPUTADO TADEU VENERI

SÚMULA:

**ANULAÇÃO DO REGIME DE URGÊNCIA DA
MENSAGEM Nº 086/12 QUE TRATA DA PARANÁ
PREVIDÊNCIA.**

PROTOCOLO Nº: 8074/12-DAP



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



QUESTÃO DE ORDEM

A
Diretoria Legislativa
para análise
4.12.12
- PRESIDENTE -

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do art. 104, do Regimento Interno, **requerem, a imediata anulação do Regime de Urgência, aprovado nesta sessão plenária, requerido pelo Poder Executivo, na Mensagem 086/12, de sua própria autoria, que trata da Paraná Previdência, pelos fundamentos que segue.**

Não obstante a Constituição Estadual, no artigo 66, § 1º e artigo 198, e parágrafos, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, possibilitarem o pedido de urgência do Governo do Estado, para apreciação de projetos de sua iniciativa, referida urgência encontra limitações regimentais.

O art. 184, do Regimento Interno, é claro ao limitar o pedido de urgência pelo Poder Executivo, quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término da Sessão legislativa, aos projetos que tratem de solicitação de crédito. É a redação do artigo:

Art. 184. Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma Sessão Legislativa, **somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo**, os projetos vetados, além daqueles para os quais forem requeridas urgências por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes.

De fato, o pedido de urgência é atribuição constitucional concedida ao Poder Executivo. No entanto, conforte restou comprovada pela redação do artigo acima transcrito, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, impôs restrição normativa para as solicitações de urgência.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



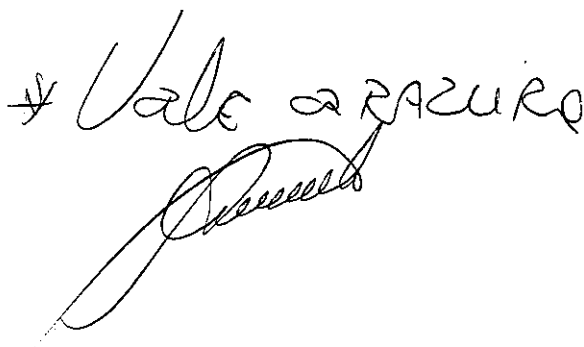
Conforme sabido, o Regimento Interno é espécie normativa, elaborado pela Assembleia Legislativa, que detém autonomia constitucional e competência privativa para sua elaboração, nos termos do art. 54, inc. II, da Constituição Estadual. E, enquanto espécie normativa legitimamente aprovada por meio de Resolução pelo plenário desta Assembleia Legislativa, vigora no ordenamento jurídico, de forma que seus dispositivos devem ser observados e obedecidos por todos.

Ante exposto, requer o deferimento da presente questão de ordem.

DEZEMBRO*

Sala das Sessões, em 04 de ~~abr~~ de 2012.


Tadeu Veneri
Líder da Oposição

* Vale a Razão




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DIRETORIA LEGISLATIVA

Centro de Apoio Legislativo



QUESTÃO DE ORDEM nº: 01/2012

AUTOR: DEPUTADO TADEU VENERI

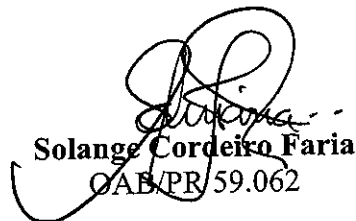
ASSUNTO: ANULAÇÃO DO REGIME DE URGÊNCIA DA MENSAGEM Nº 86/12.

Senhora Diretora,

Em atenção ao suscitado na Questão de Ordem nº 01/2012, levantada pelo Deputado Tadeu Veneri, foram feitas as considerações que seguem em anexo.

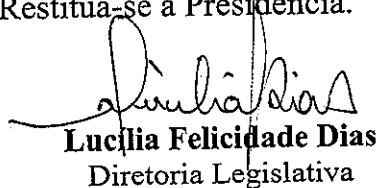
Assim, no estrito cumprimento do que foi solicitado ao Centro de Apoio Legislativo, submetemos o presente à sua apreciação.

Diretoria Legislativa, 05 de dezembro 2012.


Solange Cordeiro Faria
OAB/PR 59.062

1. Ciente

2. Restitua-se à Presidência.


Lucília Felicidade Dias
Diretoria Legislativa



Diretoria
Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa



QUESTÃO DE ORDEM nº 01/2012

AUTOR: DEPUTADO TADEU VENERI

DATA: 04.12.12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 DEZ. 2012


1º Secretário

A presente Questão de Ordem foi levantada pelo Deputado Tadeu Veneri, que aduz, consoante dicção do artigo 184 do Regimento Interno desta Casa, não ser possível conceder Regime de Urgência quando faltarem apenas 20 dias ou menos para o término da Sessão Legislativa.

Sobre o assunto, premente se faz a necessidade de esclarecer que há dois tipos de Regime de Urgência diferentes, oferecendo o Regimento Interno duas possibilidades, a do artigo 184, que se refere ao Regime de Urgência Geral, e a do artigo 198, que diz respeito ao Regime de Urgência Constitucional. Ressaltando-se que tal previsão também está presente no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Além disso, a Constituição Federal e a Constituição Estadual conferem ao Chefe do Poder Executivo, inclusive, a iniciativa privativa de leis e a faculdade de eleger as matérias e conferir a elas regime especial de tramitação, o que reforça a interligação dos Poderes na formação das normas que regem a sociedade.

Esta Presidência tem colocado em deliberação o pedido de regime de urgência do Governador, apesar da regra constitucional ser clara, apenas por deliberação facultativa, ou seja, não há previsão legal que discipline ou determine que o procedimento a ser tomado seja este.

14:55 05/12/2012 008112 DAF ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Diretoria
Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa



Mesmo se assim não fosse, no próprio § 1º, do artigo 198, do Regimento Interno desta Assembleia está prevista a hipótese de sobrestamento da pauta caso o Regime de Urgência suscitado pelo Chefe do Poder.

Outrossim, não se deve interpretar *in litteris* as regras contidas no Regimento Interno, deve-se, sim, interpretar as dúvidas regimentais ou constitucionais à luz da hermenêutica, uma vez que a norma jurídica é, por natureza, abstrata, fixa tipologias, aludindo-se a diversos casos indefinidos e não a casos específicos, concretos.

Como bem asseverado por Márcia Maria Corrêa de Azevedo, servidora do Senado Federal:

No Legislativo há dois instrumentos legais básicos, que são a Constituição e o Regimento Interno. Esses devem ser estáveis, **não atingidos ou alterados a cada momento, ao sabor dos choques de interesses**. Preservar esses instrumentos do Legislativo é fundamental para garantir a representatividade e a defesa das minorias no decorrer do “Jogo Parlamentar” (2001, p. 41). **Original sem destaque.**

Assim, deve-se analisar, preliminarmente, a melhor aplicação do Regimento Interno desta Casa, deixando-se de lado preciosismos e “choques de interesses”¹ para evitar que seja eivado de tal vício o instrumento de maior relevância para o Poder Legislativo, o interesse daqueles aos quais representamos e daquilo que seja socialmente útil.

¹ Márcia Maria Corrêa de Azevedo, 2001, p. 41



Diretoria
Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa



Ademais, o Regimento Interno, em seu artigo 198, § 2º, esclarece que o Regime de Urgência do Governador pode ser pedido “em qualquer fase de seu andamento (...)”.

Cumprе salientar que a interpretação do texto Constitucional e do Regimento Interno deve ser feita levando-se em consideração todos os dispositivos. A hermenêutica constitucional nos ensina que a Constituição deve ser interpretada integralmente e não em tiras.

Isto nos leva à conclusão de que a restrição imposta no artigo 184 é regra geral e, como para toda regra há uma exceção, é o que ocorre no caso em apreço, e esta exceção é denominada pela doutrina de Regime de Urgência Constitucional.

Tal construção teórica reprisa no artigo 66, §§ 1º e 2º da Constituição do Estado do Paraná os princípios insculpidos no artigo 64, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, norma hierarquicamente superior, que se referem à urgência constitucional conferida a projetos de lei de iniciativa do Presidente da República.

A interpretação que deve se dar, dado que o texto constitucional insito no § 2º, do art. 64, da CF/88 não deixa dúvidas, é a de que: sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.



Diretoria
Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa



Portanto, na forma do artigo 104 do Regimento Interno, decide esta Presidência, por considerar em conformidade com a legislação a eleição promovida pelo Chefe do Poder Executivo, apoiando-se no artigo 66, §§ 1º e 2º da Constituição Estadual, conferir a **URGÊNCIA CONSTITUCIONAL** à tramitação da Mensagem nº 86/12, Projeto de Lei 613/12, indeferindo a presente Questão de Ordem.

Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2012.


Deputado **VALDIR ROSSONI**
PRESIDENTE